



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**São Paulo**  
**26ª Câmara de Direito Privado**  
**Apelação nº 0000465-83.2007.8.26.0383**

**Registro: 2013.0000374982**

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Apelação nº 0000465-83.2007.8.26.0383, da Comarca de Nhandeara, em que é apelante JURACI SIQUEIRA (JUSTIÇA GRATUITA), é apelado VALDENIR DA SILVA (JUSTIÇA GRATUITA).

**ACORDAM**, em 26ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Negaram provimento ao recurso. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores FELIPE FERREIRA (Presidente sem voto), REINALDO CALDAS E RENATO SARTORELLI.

São Paulo, 26 de junho de 2013

**ANTONIO NASCIMENTO**

**RELATOR**

**Assinatura Eletrônica**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**São Paulo**  
**26ª Câmara de Direito Privado**  
**Apelação nº 0000465-83.2007.8.26.0383**

**Vara Única do Fórum de Nhandeara**

**Apelante: JURACI SIQUEIRA**

**Apelado: VALDENIR DA SILVA**

**Magistrado: Dr. CARLOS GUSTAVO DE SOUZA MIRANDA**

**Voto nº 10048**

ACIDENTE DE TRÂNSITO – COLISÃO FRONTAL-  
VEÍCULO NA CONTRAMÃO DE DIREÇÃO -  
INDENIZAÇÃO DEVIDA – DANO MORAL IN RE IPSA  
– VALOR QUE DEVE SER PUNITIVO, SEM ENSEJAR  
ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA.

Imperícia do motorista que invadiu a pista no sentido  
contrário e abalroou a motocicleta em que estava o autor.  
Danos materiais e morais configurados. Patamares que  
devem ser mantidos, pois bem fixados.  
RECURSO IMPROVIDO.

A sentença de fls. 345/349, julgou

**parcialmente procedente** a presente **ação de indenização**, ajuizada por **Valdenir da Silva** contra **Juraci Siqueira**, condenando o réu a pagar ao autor: **a)** R\$ 950,70, pelo reparo da motocicleta, acrescidos de correção monetária e juros legais, a contar do acidente; **b)** R\$ 1.847,74, referentes aos gastos com medicamentos, acrescidos de juros legais, desde a citação e correção monetária desde o desembolso; **c)** custos de tratamento médico-hospitalar e medicamentos que o autor venha necessitar em decorrência do acidente; **d)** R\$ 50.000,00 a título de danos estéticos, acrescidos de juros



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**São Paulo**  
**26ª Câmara de Direito Privado**  
**Apelação nº 0000465-83.2007.8.26.0383**

legais e correção monetária desde a data do acidente; **e)** R\$ 300.000,00 a título de danos morais, acrescidos de juros de mora e correção monetária a contar do acidente; **f)** salário mínimo mensal durante o prazo de seis anos, a contar da publicação da sentença, a título de lucros cessantes. Em consequência da sucumbência recíproca, as despesas processuais serão rateadas, e cada parte arcará com os honorários de seus respectivos patronos.

Inconformado, recorre o réu (fls. 355/365) sustentando culpa concorrente. Subsidiariamente, pleiteia a redução da condenação.

Recurso recebido, processado e contrarrazoado (fls. 376/381).

**É o relatório.**

Sustenta o autor que, em 11/11/2006, sofreu acidente de trânsito quando transitava com sua motocicleta marca Honda, modelo CG 125, placa CVQ 2421, pela Rodovia Feliciano Sales Cunha, Km 462 + 400m, sentido Neves Paulista x Mirassol. Foi, ali, frontalmente atingido pelo veículo marca VW, modelo Logus, placa BPT 7711, conduzido pelo réu que, imprudentemente, ao efetuar uma ultrapassagem, ingressou na pista contrária, dando causa ao sinistro, do



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**São Paulo**  
**26ª Câmara de Direito Privado**  
**Apelação nº 0000465-83.2007.8.26.0383**

qual resultaram os danos ora pleiteados.

A culpa do réu ficou exaustivamente comprovada nos autos. O laudo pericial elaborado pelo Instituto de Criminalística relatou:

*“O Logus trafegava pela Rod. SP-310, no sentido Mirassol/N.Paulista e adentrou a faixa de trânsito contrária à sua, pela qual trafegava a motocicleta. O sistema de freios do Logus foi acionado por um breve período e o veículo continuou após esse evento, colidindo com a motocicleta. O impacto ocorreu entre os flancos esquerdos dos veículos e a motocicleta, após a colisão, foi lançada ao leito carroçável, arrastando-se pelo mesmo. A rodagem anterior esquerda do automóvel foi danificada na colisão e o mesmo deslocou-se obliquamente à pista, parando no terreno marginal à sua direita” (fl. 206).*

Os peritos concluíram ainda:

*“O condutor do Logus invadiu a faixa de*



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
PODER JUDICIÁRIO  
São Paulo  
26ª Câmara de Direito Privado  
Apelação nº 0000465-83.2007.8.26.0383**

*trânsito da motocicleta, o que resultou na colisão”*

(fl. 207).

Além do mais, o apelante não nega sua culpa, sustentando, apenas, culpa concorrente. Sem razão, contudo.

O acionante demonstrou os danos causados na sua motocicleta, bem como as despesas necessárias para seu conserto (fl. 42). Os gastos com medicamentos também foram comprovados (fls. 29/37).

Quanto aos danos morais, depreende-se dos documentos juntados aos autos que em decorrência do acidente o autor sofreu amputação de membro inferior esquerdo na região da coxa (fl. 27), o que gerou incapacidade permanente para o trabalho.

Desta forma, cumpre reconhecer que o autor faz jus a uma indenização.

Hodiernamente, há consenso na doutrina e na jurisprudência no sentido de que o dano moral não se cifra apenas à dor e ao sofrimento. Ele abarca, igualmente, o abalo da dignidade humana, da integridade física e dos universos psicológico e moral da vítima. Posta a controvérsia nestes horizontes, não se pode deixar de



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**São Paulo**  
**26ª Câmara de Direito Privado**  
**Apelação nº 0000465-83.2007.8.26.0383**

reconhecer que o acidente ocorrido abalou, psicologicamente, o autor.

Desse modo, levando-se em consideração a gravidade e a extensão dos danos, bem como a culpa do demandado e a capacidade econômica das partes, mostra-se adequada a quantia fixada na r. sentença, pois proporcional às peculiaridades da espécie.

Cumprido deixar assente, por outro lado, que se é verdade, como recita a Súmula 37 do Superior Tribunal de Justiça, que os danos morais e os danos estéticos são cumuláveis, ainda que decorrentes do mesmo fato, não é menos verdade que o reconhecimento do dano estético pressupõe uma situação em que a vítima mostre uma deformidade física significativa, apta a expô-la ao desdém e à repugnância por parte das pessoas. Daí, então, o porquê se há de reconhecer a caracterização dos danos estéticos reivindicados pelo acionante, no montante fixado na sentença, em virtude da amputação de sua perna esquerda.

Por fim, cumpre ter presente a conclusão lançada pelo perito judicial no laudo de fls. 152/153:

*“O examinado VALDENIR DA SILVA  
apresenta amputação da coxa esquerda, que*



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**São Paulo**  
**26ª Câmara de Direito Privado**  
**Apelação nº 0000465-83.2007.8.26.0383**

*resulta incapacidade total e definitiva para o exercício de suas atividades laborativas habituais rurícolas (não pode deambular em terreno irregular)”. Desta forma, é devida a pensão mensal conforme fixada pelo MM. Juiz “a quo”.*

Postas essas premissas, **nega-se provimento** ao recurso.

**Antonio** (Benedito do) **Nascimento**  
**RELATOR**